

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA

Estudo Técnico Preliminar 27/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64306.009584/2026-74

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem por finalidade viabilizar a aquisição de artefatos, artigos religiosos, mobiliários, equipamentos e materiais destinados à Capela Militar São Judas Tadeu, localizada no Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, de modo a assegurar condições adequadas ao funcionamento regular das atividades religiosas, litúrgicas, pastorais, assistenciais e institucionais desenvolvidas no âmbito da Grande Unidade.

2.2. A Capela Militar constitui espaço de relevante apoio espiritual, moral e religioso aos militares, servidores civis, dependentes e demais usuários autorizados. A disponibilidade de utensílios litúrgicos, livros, imagens, mobiliários, equipamentos de climatização, sonorização, iluminação e apoio a eventos mostra-se necessária para a realização de celebrações, sacramentos, solenidades, encontros pastorais e demais atos de culto.

2.3. A insuficiência ou inadequação dos materiais atualmente disponíveis pode comprometer a continuidade e a qualidade das atividades de assistência religiosa, além de limitar o uso seguro e funcional das instalações. A solução pretendida busca estruturar a Capela com materiais adequados, duráveis e compatíveis com sua finalidade, preservando o interesse público e o apoio institucional prestado no ambiente militar.

2.4. A contratação está vinculada ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e será conduzida de forma a privilegiar a competitividade, a economicidade, a padronização mínima necessária e a obtenção da proposta mais vantajosa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Comunicação Social	BRUNO ROBERTO DE OLIVEIRA LEITE – Ten Cel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os itens são considerados bens comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital e no Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de reutilização, recondicionamento ou avarias, entregues em embalagem adequada e acompanhados de manuais, acessórios e documentos de garantia, quando aplicáveis.

4.3. As especificações detalhadas, unidades de medida, quantitativos máximos e valores estimados constam da tabela anexa a este ETP, que deverá ser harmonizada com o Termo de Referência e com o cadastro dos itens no Compras.gov.br.

4.4. Em caso de divergência entre a descrição do CATMAT/PDM ou do sistema Compras.gov.br/PNCP e a descrição constante do Termo de Referência, do edital e de seus anexos, deverá prevalecer a descrição detalhada do Termo de Referência e do edital.

4.5. Os aparelhos de ar-condicionado, o sistema de som e os lustres serão adquiridos exclusivamente como bens, sem inclusão de serviços de instalação, montagem, configuração ou adequação da infraestrutura do local.

4.6. O fornecimento deverá observar as normas técnicas aplicáveis, as recomendações dos fabricantes, os requisitos de segurança e as especificações estabelecidas no Termo de Referência, devendo os equipamentos ser entregues completos, com todos os acessórios indispensáveis ao seu funcionamento.

4.7. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da ordem de fornecimento, salvo prazo específico mais restritivo fixado no Termo de Referência.

4.8. A entrega ocorrerá no Almoxarifado Central do Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, no Jardim Chapadão, Campinas-SP, em dias úteis e horário previamente ajustado com o setor responsável.

4.9. Para os equipamentos e bens duráveis, será exigida garantia mínima de 12 (doze) meses, contada do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal. Caso a garantia do fabricante seja superior, prevalecerá o prazo mais benéfico à Administração.

4.10. A contratada deverá substituir, corrigir, remover ou reparar, às suas expensas, os bens que apresentem vícios, defeitos, desconformidades ou funcionamento inadequado.

4.11. Deverão ser observadas, quando aplicáveis, as normas da ABNT, os requisitos do INMETRO, as regras de segurança elétrica e as práticas de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nos normativos federais pertinentes.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento realizado indicou a existência de diversos fabricantes, distribuidores, lojas especializadas em artigos religiosos, fornecedores de mobiliário e empresas de equipamentos de climatização, sonorização e iluminação aptos a atender ao objeto.

5.2. Foram consideradas, em síntese, as seguintes alternativas: a) manutenção da situação atual, sem aquisição; b) locação ou cessão temporária de parte dos bens; e c) aquisição dos bens sem serviços acessórios de instalação.

5.3. A manutenção da situação atual não atende à necessidade institucional. A locação não se mostra adequada para artigos litúrgicos, mobiliários e bens de uso permanente, além de poder gerar custos recorrentes sem incorporação da solução. A aquisição direta dos bens mostra-se a alternativa mais simples, adequada e economicamente vantajosa para atendimento da demanda.

5.4. Assim, a alternativa mais adequada é a aquisição dos bens, sem inclusão de serviços de instalação, montagem ou configuração, ficando eventuais providências posteriores sob responsabilidade da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na realização de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição dos itens constantes da tabela anexa, abrangendo o fornecimento e a entrega dos bens, sem serviços de instalação, montagem ou configuração.

6.2. A adjudicação deverá ocorrer por item, salvo eventual agrupamento tecnicamente justificado no Termo de Referência para componentes que formem solução indivisível, como o sistema de som ou conjuntos litúrgicos.

6.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços permite que as aquisições ocorram conforme a efetiva necessidade e a disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados, reduzindo o risco de aquisições prematuras e favorecendo o planejamento financeiro.

6.4. A 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada será a única unidade contratante e gerenciadora. Não haverá órgãos participantes. A não realização de Intenção de Registro de Preços deverá ser motivada nos autos, em razão da natureza específica da demanda e da inexistência de outros participantes previamente identificados.

6.5. O prazo de vigência da ata, as condições de contratação, o local de entrega, as obrigações das partes, os critérios de recebimento e pagamento e os níveis de garantia serão detalhados no Termo de Referência e no edital.

6.6. A contratação observará a Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, o Decreto nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram definidas a partir da necessidade apresentada no DFD nº 8/2026 e consolidadas na Tabela Principal de Referência dos Itens do Pregão.

7.2. A tabela definitiva é composta por 32 (trinta e dois) itens, incluindo artefatos e artigos religiosos, livros litúrgicos, mobiliários, aparelhos de ar-condicionado, gazebo, cadeiras, sistema de som, lustres e demais materiais destinados à Capela Militar.

7.3. Os quantitativos representam os limites máximos estimados para atendimento da Capela Militar São Judas Tadeu. As aquisições serão realizadas conforme a necessidade administrativa, mediante emissão de empenho ou instrumento equivalente.

7.4. Os quantitativos e especificações deverão ser novamente conferidos no Termo de Referência, especialmente quanto às dimensões das toalhas, à configuração do sistema de som, à capacidade e ao tipo dos aparelhos de ar-condicionado e às características dos lustres.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 91.225,75

8.1. O valor global estimado da contratação é de R\$ 91.225,75 (noventa e um mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos), correspondente ao total constante da Tabela Principal de Referência dos Itens do Pregão.

8.2. Os preços deverão ser confirmados e formalmente instruídos por pesquisa de preços realizada em conformidade com a regulamentação federal aplicável, com análise crítica das fontes, dos valores discrepantes e da metodologia utilizada.

8.3. Os valores unitários deverão abranger todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive tributos, fretes, seguros, embalagens, descarga, garantia e demais despesas indispensáveis ao adimplemento integral, sem inclusão de instalação, montagem ou configuração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Recomenda-se o parcelamento do objeto com adjudicação por item, tendo em vista a diversidade e a divisibilidade dos bens, que abrangem artigos religiosos, livros, mobiliários, equipamentos e materiais de apoio.

9.2. O parcelamento amplia a competitividade, permite a participação de fornecedores especializados e reduz o risco de concentração indevida do objeto em empresa que não atue em todos os segmentos.

9.3. Para conjuntos ou sistemas cujo funcionamento dependa da compatibilidade entre componentes, poderá ser adotado agrupamento específico, desde que a decisão seja motivada no Termo de Referência e não restrinja injustificadamente a competição.

9.4. A opção pelo Pregão Eletrônico decorre da caracterização dos itens e das instalações associadas como bens e serviços comuns, cujos padrões podem ser definidos objetivamente. O critério de julgamento recomendado é o menor preço por item, observadas as especificações e condições de habilitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto.

10.2. A presente solução não contempla serviços de instalação dos aparelhos de ar-condicionado, do sistema de som ou dos lustres. Eventual necessidade futura deverá ser avaliada e instruída separadamente pela Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se em execução no planejamento de contratações do exercício de 2026.

11.2. O DFD nº 8/2026 foi encaminhado de forma extemporânea, com justificativa baseada na necessidade de regular instrução do processo, continuidade das atividades de assistência religiosa e possibilidade de ajuste do planejamento durante o exercício.

11.3. Antes da publicação do edital, deverá ser certificada nos autos a compatibilidade da contratação com o Plano de Contratações Anual de 2026 e com a disponibilidade orçamentária.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação permitirá: a) assegurar a continuidade e a qualidade das atividades religiosas, litúrgicas e pastorais; b) disponibilizar bens destinados à melhoria das condições de conforto térmico, acústico, iluminação e acolhimento; c) disponibilizar mobiliários e artigos adequados às celebrações e solenidades; d) reduzir improvisações e riscos operacionais; e e) obter economia por meio de competição eletrônica e parcelamento.

13. Providências a serem Adotadas

14.1. Antes da contratação, a Administração deverá: a) conferir as dimensões e características dos bens; b) detalhar a composição mínima do sistema de som; c) confirmar a capacidade e o tipo dos aparelhos de ar-condicionado; d) confirmar medidas das toalhas e mobiliários; e) concluir a pesquisa de preços; e f) designar gestores e fiscais.

14.2. Deverá ser assegurado acesso controlado da equipe responsável pela entrega ao Almoxarifado Central, observadas as normas de segurança da Organização Militar.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência quantitativa e qualitativa dos bens, verificação de sua conformidade com as especificações e correção de eventuais pendências.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação pode gerar impactos relacionados ao consumo de energia, uso de materiais, embalagens e descarte futuro de equipamentos.

14.2. Para mitigar esses impactos, deverão ser previstos, quando aplicáveis: equipamentos energeticamente eficientes; preferência por materiais duráveis; redução e destinação adequada de embalagens; uso de componentes em conformidade com normas ambientais; e logística reversa quando legalmente exigida.

14.3. A contratada deverá recolher e dar destinação adequada às embalagens e demais resíduos diretamente decorrentes da entrega, quando assim previsto no Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A solução proposta atende à necessidade administrativa, possui oferta no mercado, pode ser definida por especificações objetivas e apresenta valor compatível com a natureza e a abrangência da demanda.

15.1.2. A adoção do Pregão Eletrônico, do parcelamento por item e, conforme motivação constante dos autos, do Sistema de Registro de Preços, mostra-se adequada para ampliar a competitividade, promover economicidade e permitir contratações de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

15.1.3. A viabilidade fica condicionada à conclusão da pesquisa de preços, ao detalhamento técnico dos equipamentos, à compatibilidade com o PCA 2026 e à confirmação da disponibilidade orçamentária.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

BRUNO ROBERTO DE OLIVEIRA LEITE

Chefe da Equipe de Planejamento

HUGO GONCALVES DE FREITAS

Membro da Equipe de Planejamento

DANUBIA RAMOS NUNES

Membro da Equipe de Planejamento